

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

As contradições da modernidade brasileira. Uma crítica aos conceitos empobrecidos de periferia e exclusão social .

William Héctor Gómez Soto.

Cita:

William Héctor Gómez Soto (2009). *As contradições da modernidade brasileira. Uma crítica aos conceitos empobrecidos de periferia e exclusão social. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/549>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/UVf>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

As contradições da modernidade brasileira

**Uma crítica aos conceitos
empobrecidos de
periferia e exclusão social**

William Héctor Gómez Soto

Doutor em Sociologia

Professor do Instituto de Sociologia e Política

Professor do Mestrado em Ciências Sociais (UFPEL)

william.hector@gmail.com

Este texto pretende discutir as contradições da modernidade inconclusa da sociedade brasileira estabelecendo um diálogo crítico entre Henri Lefebvre e José de Souza Martins. Centra-se a atenção na noção de reprodução das relações sociais capitalistas. Uma noção esquecida pelos seguidores de Marx, re-descoberta por Lefebvre e transformada criativamente por Martins para entender as contradições da sociedade brasileira. Muitas vezes indo contra a corrente o sociólogo da USP propõe repensar a sociedade brasileira a partir da crítica radical ao “senso comum acadêmico”, crítica que se centra nos conceitos

empobrecidos de “exclusão social” e “periferia”. Na reflexão de Martins aparecem os conceitos de subúrbio e principalmente o conceito de reprodução capitalista de relações não capitalistas. Henri Lefebvre é um dos mais destacados intelectuais do século XX. José de Souza Martins é um dos sociólogos brasileiros mais criativos, com uma interpretação acerca da sociedade brasileira que vale a pena discutir.

Influenciado por Henri Lefebvre, um dos mais destacados pensadores sociais contemporâneos Martins parte do que está na margem, do que aparece despercebido, oculto: é o caso do subúrbio, esquecido e substituído pela noção pobre de periferia. A noção de subúrbio contém uma nova concepção de espaço, uma nova sociabilidade, onde ocorre a ruptura e a transição para a modernidade da cidade. O subúrbio representa o ser dividido entre o urbano e o propriamente rural. Um conceito que não teve até hoje relevância no mundo acadêmico e foi substituído pela noção de periferia que é seu contrário. Na periferia se concretiza a subordinação da cidade e da urbanização à renda da terra. Como disse Martins “a periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização”.

Henri Lefebvre é um dos mais importantes marxistas contemporâneos e sua original contribuição para o pensamento social, ainda está para ser devidamente reconhecida. Suas idéias têm sido escassamente difundidas no meio acadêmico brasileiro e em alguns casos sua obra tem sido objeto de leituras reducionistas ou ainda esterilizadas eliminando o fundamental: a dialética como método de investigação e de análise. Muitas vezes alguns divulgadores o definem ora como sociólogo urbano, ora como filósofo e sociólogo rural. Portanto no sentido inverso da sua crítica contundente à especialização do conhecimento e às ciências parcelares, mesmo assim seu pensamento tem influenciado geógrafos e especialistas urbanos, sociólogos, cientistas políticos, filósofos e críticos literários.

Crítico incansável do dogmatismo de qualquer espécie Lefebvre adverte que a falência do marxismo anunciada por muitos, não teve efeitos consideráveis nem entre os “amigos” nem entre os “inimigos”, pelo contrário mostra simplesmente a enorme fecundidade do marxismo, mas também as transformações da sociedade moderna. O maior

desafio, segundo Lefebvre, é inventar o novo, reunindo os elementos dispersos, superando o antigo.

A busca do conhecimento novo anima seu espírito inquieto. Sua crítica radical aos seguidores dogmáticos de Marx lhe custou a sua marginalização na esfera acadêmica e no campo da esquerda. Henri Lefebvre produziu uma obra original. Dedicou toda a vida ao estudo do espaço, do cotidiano, do urbano, da modernidade e do Estado. Descobriu novas contradições da sociedade moderna e, sobretudo conseguiu prolongar o marxismo, propondo novos conceitos e construindo um original ponto de observação para compreender os problemas sociais contemporâneos.

Na teoria da produção do espaço, Lefebvre estabelece as relações analíticas entre o urbano e a vida cotidiana, sendo estes, ao mesmo tempo, produtos e produção do espaço. É precisamente aqui onde a originalidade do autor atinge sua maior força de expressão. Nessa análise, podemos encontrar ao mesmo tempo, a conservação e a superação do marxismo. Conservação do marxismo enquanto método e sua superação enquanto produto datado.

No centro da sua análise se encontra a idéia da re-produção das relações de sociais de produção. Um processo que ainda não foi objeto de um estudo global, talvez porque a re-produção das relações sociais de produção se realiza nas atividades mais indiferentes: na vida cotidiana, nos lazeres, no habitar, no habitat e na utilização do espaço.

Há em Lefebvre uma idéia essencial que supera a velha contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. Uma idéia difundida pelos marxistas de diversos matizes. E que durante muito tempo fez parte dos programas dos partidos de esquerda. Hoje não aparece mais, pelo menos de forma explícita. Precisamente porque a revolução deixou de estar na agenda imediata. E porque a própria recuperação formidável do capitalismo, superando suas crises, afasta de vez (ou por enquanto) qualquer esperança na transformação radical da sociedade contemporânea ao menos nos moldes dos velhos lutadores de esquerda.

No seu famoso prólogo Marx mostra que em um momento determinado, o desenvolvimento das forças produtivas conflitaria com as relações sociais de produção. Mais do que isso, as relações sociais capitalistas, baseadas na propriedade privada dos

meios de produção, se tornariam um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, Marx anunciava o momento da revolução social.

Lefebvre aponta para uma nova contradição. Entre por um lado, a fragmentação do espaço (para a venda e a troca) e a capacidade técnica e científica da produção do espaço social a escala planetária.

A essa fragmentação do espaço, Lefebvre contrapõe o direito à cidade. Ele se apóia neste conceito para a construção de uma análise global, superando a falsa análise ou fragmentada. Lefebvre refere-se ao direito dos cidadãos e dos grupos por eles constituídos “de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas” (Lefebvre, 2008 p; 31). E isto não depende de uma ideologia urbanística, muito menos de qualquer intervenção dos arquitetos. Pelo contrário, depende de uma qualidade que faz parte da essência do urbano: a centralidade. A realidade urbana não existe sem um centro “sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os ‘objetos’ e ‘sujeitos’”. (Lefebvre, 2008 p. 32).

Em consequência, excluir do urbano classes, grupos e indivíduos significa excluí-los da civilização e da sociedade. O direito à cidade significa a rejeição ao afastamento da realidade urbana. Ao mesmo tempo, esse direito dos cidadãos anuncia a crise inevitável dos centros constituídos sobre a segregação “centros de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos” (Lefebvre, 2008 p. 32).

O direito à cidade representa o inverso da fragmentação do espaço, ou seja, a reconstrução da unidade espaço temporal, a reunião e o encontro. Essa unidade, que outros podem chamar de sujeito individual ou coletivo tem como finalidade a “segurança-felicidade”, tal e como Aristóteles define o sentido da polis.

Lefebvre deixa claro que o direito à cidade não implica uma “ciência do espaço” seja esta ecologia, geopolítica, planejamento, etc., mas o conhecimento de uma produção do espaço.

Da mesma forma que Marx substituiu a enumeração, a descrição e a contabilização dos objetos comum à ciência econômica pela análise crítica, Lefebvre chama a atenção da necessidade de uma análise crítica da produção do espaço. Lefebvre, igual que Marx, eleva o conhecimento a um nível superior.

Para quem alerta sobre os altos custos que implicaria a realização do direito à cidade, Lefebvre afirma que os custos sociais (de ser possível contabilizá-los) resultante da sua negação são muito maiores.

Uma das maiores preocupações de Lefebvre é construir um conhecimento do espaço à escala global. Ele constrói esse conhecimento a partir da crítica às descrições fragmentárias das ciências especializadas e parcelares.

O espaço pode ser estudado desde múltiplas abordagens e métodos. Pode se estudar o espaço como um biótipo como o denominam os biólogos e os ecologistas. Ou como um espaço percebido, ou seja, da percepção dos indivíduos, da família, da vizinhança. Ainda pode se elaborar uma semântica dos discursos sobre o espaço, ou uma semiologia do espaço. Rompendo com essas abordagens, Henri Lefebvre constrói sua teoria do espaço social.

O autor define a problemática do espaço a partir de um conjunto de questões parciais: “Qual é o estatuto teórico do espaço? Qual é a relação entre o espaço mental (percebido, concebido, representado) e o espaço social (construído, produzido, projetado, portanto, notadamente o espaço urbano), isto é, entre o espaço da representação e a representação do espaço?”.

Lefebvre aponta para uma nova problemática do capitalismo: a re-produção das relações de produção, que não coincide com a re-produção dos meios de produção, mas que se realiza no cotidiano, através dos lazeres e da cultura, da escola e a universidade. Esta é uma das principais contribuições de Lefebvre ao pensamento social contemporâneo. É o fio condutor dos seus estudos acerca da vida cotidiana e a modernidade.

Lefebvre reconhece que o direito à cidade se situa no terreno do mediato, do “utópiano”, só será possível com um grande crescimento da riqueza social, mas com profundas modificações nas relações sociais, assim “tal desenvolvimento supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua ‘finalidade’, nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas seria a ‘fins’ superiores” (Lefebvre, 2008 p.34).

A perspectiva teórica de Lefebvre se pode sintetizar no novo conceito de *produção do espaço*. Nesta visão o espaço não é considerado um dado a priori. E vai além da ótica de arquitetos e urbanistas. Ele mostra que, diferentemente do espaço absoluto do pensamento

filosófico-matemático, existem contradições no espaço, mesmo que estas sejam mascaradas.

Essas contradições decorrem do caráter capitalista da prática social. Por um lado, o espaço é fragmentado e vendido em parcelas, e pelo outro, ocupado globalmente. Para lidar com essas contradições a burguesia conta com um duplo poder sobre o espaço. Em primeiro lugar, através da propriedade privada do solo e em segundo lugar, pela ação e estratégia do próprio Estado, ou seja, da globalidade. No âmbito institucional essas contradições explodem entre os projetos e planos de ordenamento do espaço e os “projetos parciais dos mercadores de espaço” (Lefebvre, 2008 p. 57).

Desta forma Henri Lefebvre contesta a concepção que considera o espaço inocente, não político, isolado do contexto, como um dado, como um aspecto específico da organização social. Neste pequeno livro ele constrói uma nova concepção do espaço social. Porém, como ele mesmo adverte, “nenhum dos artigos reunidos neste volume pode ser lido sem considerar trabalhos publicados anteriormente sobre a vida cotidiana, sobre o espaço, sobre os diversos direitos (o direito à cidade, o direito à diferença), sobre a reprodução das relações (sociais) de produção” (Lefebvre, 2008 p.17).

O conceito de reprodução das relações de produção se encontra na obra de Marx e praticamente permaneceu esquecido e pior ainda incompreendido. Talvez pela tardia publicação do *capítulo VI* d’O Capital de Marx. Henri Lefebvre chama a atenção sobre a relevância desta noção. Pretende-se discutir a influência do marxismo de Lefebvre em Martins para construir uma interpretação criativa da sociedade brasileira.

Lefebvre interroga-se: por que somente no fim da sua atividade teórica Marx compreende que existe o problema da reprodução das relações capitalistas de produção? E ainda: por que esse conceito ficou desconhecido por muito tempo e só tardiamente foi descoberto?

A estas duas questões de Lefebvre poderia se adicionar mais uma. De que forma a descoberta deste conceito traz um novo olhar sobre as contradições da sociedade brasileira. É precisamente sobre esta questão que trata este texto.

A noção de subúrbio de Martins contém uma nova concepção de espaço, uma nova sociabilidade, onde ocorre a ruptura e a transição para a modernidade da cidade. O subúrbio representa o ser dividido entre o urbano e o propriamente rural. Um conceito que

não teve até hoje relevância no mundo acadêmico e foi substituído pela noção de periferia que é seu contrário. Na periferia se concretiza a subordinação da cidade e da urbanização à renda da terra. Como disse Martins “a periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização”.

Subúrbio na sua definição corrente, isto é geográfica, refere-se às áreas que circundam as áreas centrais dos aglomerados urbanos. Derivada da palavra inglesa *suburb*, que literalmente significa “sub-cidade”. No subúrbio, a população ali localizada ainda carece de infra-estrutura básica. Porém, no subúrbio brasileiro podem ser identificados enclaves das camadas ricas. Exemplo disso é a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e Alphaville em São Paulo. No Brasil o termo subúrbio tem sido utilizado de forma variada e até deturpada do seu sentido original. No Rio de Janeiro a palavra subúrbio designa pejorativamente a periferia. Em São Paulo já foi usado para identificar os municípios ligados pela ferrovia e que se estendiam do centro para o interior.

Por outro lado, o termo subúrbio designa também áreas com baixa densidade populacional onde podem existir pequenas propriedades agrícolas, condomínios de luxo, parques e até indústrias (subúrbios industriais). Do ponto vista espacial, subúrbio representa um território intermediário entre o urbano e o rural. No sentido amplo o subúrbio muitas vezes se confunde com a periferia.

No Rio de Janeiro o termo subúrbio ficou praticamente esvaziado e simplesmente designa os bairros ligados pelo trem e onde mora a população pobre. A partir dos anos 60 o termo periferia substituiu o do subúrbio. A periferia passou a designar um dos pólos antagônicos entre a pobreza e a riqueza. Centro e periferia fariam parte da nova modernidade e expressariam do ponto de vista geográfico as desigualdades sociais da sociedade brasileira. É no centro que se concentra a riqueza e o poder e na periferia a pobreza. Significados que também se apresentam em escala internacional, onde os países ricos seriam os países centrais e os países pobres os países periféricos. O mesmo ocorre nas sociedades latino-americanas.

A verdade é que o uso indistinto dos termos de subúrbio e periferia fez seus conteúdos confusos. Pior ainda, a utilização destes dois conceitos como expressão negativa em oposição ao centro, ao urbano e à cidade, os tornou vazios, perdendo sua capacidade

explicativa. O máximo que estes dois conceitos conservaram, foram seus significados tipicamente geográficos, como foi mencionado anteriormente. Estes conceitos foram perdendo seus significados na medida em que o centro e o urbano, por eles representados, foram sendo valorizados.

A periferia se define pela sua condição de dependência do centro. O subúrbio seria apenas uma variação da periferia, um pouco mais urbanizada. O conceito de subúrbio se perde, desaparece nas pequenas cidades, aparece como um atributo exclusivo dos centros urbanos complexos. E mais do que isso, o subúrbio representaria a fragmentação e o caos urbano. O subúrbio é um território indefinido e em transição. Um território potencialmente urbano, mas que ainda não o é. Que pode ser ocupado pelo crescimento urbano anárquico ou planejado. O subúrbio é a margem do urbano.

Para Domingues (1996), o subúrbio corresponde a uma representação social estigmatizada, é um espaço de exclusão e de marginalidade social, da cidadania incompleta. A distância do centro é também sociológica. O centro monopoliza o poder, recursos econômicos, políticos e culturais. O subúrbio é um distanciamento real e simbólico do centro, além do estritamente geográfico. Isto é, áreas consideradas centrais do ponto de vista espacial também podem fazer parte do subúrbio. É o caso típico dos ghettos nos Estados Unidos.

Segundo Domingues (1996), o subúrbio representa os jovens desenraizados e sem futuro, longe das escolas e do mercado de trabalho. Numa análise formal o subúrbio pertence a uma fase do ciclo de vida das cidades. Estas fases são: urbanização; suburbanização; desurbanização; re-urbanização. Neste modelo de interpretação, a cidade, considerada uma aglomeração, é dividida em duas sub-áreas, uma central e outra periférica.

De acordo com Domingues (1996), a fase da urbanização se caracteriza pela concentração das atividades econômicas e da população. A suburbanização corresponde à desconcentração da população e das atividades econômicas do centro para a periferia. A desurbanização significa a perda de emprego e de população na aglomeração urbana e por último a re-urbanização significa a retomada do crescimento do emprego e da revalorização dos centros históricos.

Sem dúvida, a perspectiva apresentada por Domingues é descritiva e muito formal, não dialética, trata-se de uma visão reducionista e simplista, a qual não dá conta da

complexidade da dinâmica urbana descontínua e fragmentária, tampouco das transformações econômicas e sociais. Em outras palavras, trata-se de uma visão que não explica suficientemente as relações entre economia, sociedade e território.

A perspectiva de análise de José de Souza Martins busca a superação crítica dessa análise simplista e simplificadora. A perspectiva metodológica do sociólogo da USP é tomar como ponto de partida o que está no limite, o que é liminar e o anômalo. Segundo ele, as pessoas que estão no limite têm uma visão crítica, muito diferente daquelas que estão integradas. Por isso, o homem do campo que vive num mundo tradicional, invadido pela modernidade da tecnologia - dividido, portanto - consegue ver o que aquele que está integrado não consegue. Essas pessoas estão no limite, num mundo ameaçado, em processo de destruição.

É o moderno superando o tradicional. Martins se refere aos índios massacrados pela penetração das empresas na Amazônia e às populações rurais: mesmo que não tenham uma compreensão sociológica, têm consciência de que seu mundo está acabando. O mundo destas populações, com suas crenças, valores e técnicas de cultivo, entra em crise pelo avanço do desenvolvimento capitalista.

Esta situação é explicada melhor pelo conceito durkheimiano de anomia social. Segundo Martins, é por isso que a sociologia de Durkheim é fundamentalmente uma sociologia da educação, que aposta na integração da população que vai ficando à margem na medida em que avançam as transformações da sociedade moderna. Em outras palavras, a sociologia da educação pretende superar esses estados de anomia. Diferentemente de Durkheim, Martins centra sua atenção naqueles que estão à margem do mundo moderno, e retoma o conceito de alienação em Marx, fundamental na sua sociologia.

Os indivíduos não conseguem acompanhar nem entender as transformações sociais, por isso, são alienados. Os indivíduos ficam alienados da riqueza que produzem. O capitalismo coisifica as pessoas, as transforma em objetos. Assim, o grande desafio da sociologia é mostrar essa alienação para que os indivíduos sejam agentes ativos e não apenas passivos depositários das mudanças da sociedade. Sendo sujeitos, os indivíduos podem impedir que as mudanças sociais inevitáveis produzam injustiças.

Para Martins, o subúrbio é uma realidade pouco explicada. Segundo ele, no subúrbio o rural ainda está presente e o urbano nunca se constituiu plenamente. José de

Souza Martins trata do subúrbio em três das suas obras. Estas são: *Subúrbio* (1992), *A sociabilidade do homem simples* (2000) e *A aparição do demônio na fábrica* (2008).

No centro da análise de subúrbio está sua preocupação em compreender a modernidade da sociedade brasileira, a partir da constituição da cidade de São Paulo. Apesar de que as ciências sociais brasileiras têm dado pouca atenção ao termo subúrbio, ele tem um uso antigo e diversificado. No século XVIII já se utilizava a palavra subúrbio como designação do entorno da cidade de São Paulo. Com a construção da ferrovia, passou a significar o território ligado por ela entre a estação de São Bernardo e a estação da Lapa. Posteriormente, subúrbio passou a denominar os trens locais da região metropolitana. A cidade de São Paulo se expandia através de um território que conservava ainda o modo de vida rural.

Na origem do termo há uma clara vinculação entre o desenvolvimento da cidade e o surgimento do subúrbio como conceito. A partir do desenvolvimento da cidade e das atividades urbanas, esta deixa de ser mero apêndice do campo. É o campo que se torna apêndice da cidade. O subúrbio está na transição do campo para a cidade, nele se suavizam as mudanças radicais.

O subúrbio representaria um espaço intermediário entre a cidade e o campo. A este espaço corresponde uma consciência social híbrida e indefinida. Uma manifestação de extremos e desencontros. De um lado o moderno que irrompe, de outro, o antigo e tradicional que ao contrário de desaparecer, permanece e faz parte de uma totalidade. O moderno e o tradicional não são antagônicos, mas se complementam. Esse é o sentido do subúrbio na interpretação de Martins.

É claramente notável a influência de Lefebvre na idéia da reprodução de relações capitalistas. Em Martins esta influência se transfigura e dá lugar para o que ele criativamente chama de reprodução capitalista de relações não capitalistas. Nas palavras de Martins (2008, p. 45) “subúrbio designa a identidade específica de uma realidade espacialmente social entre a roça e a cidade, o produzir e o mandar, o trabalhar e o desfrutar”. Nesse processo de transição para modernidade, a cidade se torna o centro do poder. O subúrbio atenua os contrastes entre o rural e o urbano. Nos Estados Unidos, a sociologia considera subúrbio aquele espaço ocupado pelas camadas ricas nos contornos da

cidade. Nesse sentido, subúrbio representaria o lado bom do urbano. Implicitamente há uma crítica ao puramente urbano como lugar para morar. O subúrbio era o refúgio dos que na cidade trabalhavam. O subúrbio aqui é sinônimo de morar, espaço da vida cotidiana. Numa direção oposta, no Brasil a vida cotidiana e a vida do trabalho disputam o mesmo espaço.

Segundo Martins (2008, p. 49), “a renda da terra, e da terra urbana, constitui entre nós, em nossas cidades, um dos graves fatores econômicos da deterioração das condições de moradia”. A moradia está dissociada do seu verdadeiro valor. O que se paga por ela está relacionado com o tributo pago ao proprietário da terra. É o que se conhece como rentismo parasitário, improdutivo, de um grupo social que se beneficia de fato de ter a propriedade da terra.

Raramente os sociólogos brasileiros se interessaram pelo subúrbio enquanto tema e conceito. Talvez precisamente porque no subúrbio o rural sobrevive. Segundo Martins (2008), mesmo não tendo influência na academia, o subúrbio influenciou notadamente a vida comunitária da população suburbana. Refere-se o autor aos modos de vida comunitária e de cooperação da região suburbana de São Paulo e ainda aos bairros que lhe são próximos.

Nas ciências sociais brasileiras o conceito de subúrbio nunca foi objeto de elaboração teórica e, portanto, nunca foi utilizado para explicar os problemas sociais da sociedade brasileira. O significado que o termo de subúrbio projetou foi o de ser um lugar de vida particular, localizada entre a cidade e o campo.

O conceito de subúrbio, talvez pela falta de atenção dos cientistas sociais, foi substituído, confundido com a noção de periferia. Mais que um conceito científico, a noção de periferia é um produto da ideologia populista. Nesse sentido, a noção de periferia, alimentada pelo próprio subúrbio, permitiu identificar na periferia um lugar distinto do extremo da urbanização degradada, isto é, das habitações precárias, inacabadas, provisórias, da falta de infra-estrutura que surgiu nos anos 60.

Martins (2008) tenta desfazer esta confusão entre subúrbio e periferia. Este autor encontra pelo menos uma distinção espacial. No subúrbio, diferentemente da periferia, os lotes são maiores, as casas possuem quintais, sendo isto um resíduo do rural. Ou seja, o rural ainda permanecendo no urbano com as hortas e os galinheiros, o forno de pão e os

jardins de flores. Em contraste, a periferia é resultado da especulação imobiliária: as casas pequenas, as ruas estreitas, sem praças e sem plantas, terrenos reduzidos e sujeiras.

É na periferia que se confirma o domínio da renda da terra na cidade e da urbanização, ao mesmo tempo em que é, segundo Martins, o atraso do próprio capitalismo. A renda da terra como uma forma social atrasada, mas que faz parte da modernidade do capitalismo brasileiro. “A periferia – disse Martins (2008, p. 50), é a designação dos espaços caracterizados pela urbanização patológica, pela negação do propriamente urbano e de um modo de habitar e viver urbanos”. A periferia, enquanto tal se constitui em negação do progresso e a emancipação social prometidos pela modernidade e pela urbanização.

Para o senso comum periferia passou a ser tudo que não é urbano, e o mesmo se deu para o senso comum acadêmico. Sociólogos, historiadores e até geógrafos descuidaram de definir de forma precisa o conceito de subúrbio. Simplesmente aquilo que não é subúrbio é apenas periferia. O subúrbio foi desconsiderado como conceito útil que dá conta de uma problemática social particular. Assim, os cientistas sociais -como disse Martins-, optaram pela noção pobre de periferia.

Martins (2008) insiste na distinção das noções de subúrbio e periferia. Cada uma delas expressa problemas distintos. A noção de periferia nos remete à urbanização caótica e a inclusão social precária. Por sua vez, num sentido oposto, o subúrbio remete ao problema da velhice, das políticas públicas para os idosos. O subúrbio é o espaço do bem-estar, do desenvolvimento social e da revolução cultural.

Segundo Martins (2008), a esquerda não possui uma visão moderna da cidade e por isso fetichiza a periferia, ou seja, cria uma imagem distorcida. Precisamente porque a noção de periferia combina com seu discurso proletarizante. Desta forma, há uma dificuldade muito grande em visualizar o subúrbio como um espaço social distinto da periferia.

O propósito desta distinção entre subúrbio e periferia realizada por Martins - e também sua crítica à ausência de uma visão moderna da cidade por parte da esquerda-, é chamar a atenção sobre a necessidade de levar-se em conta a vida cotidiana, e que a realidade do operário não se esgota na exploração da fábrica. Os estudos da vida cotidiana relegados pela academia limitam a riqueza da vida social do subúrbio. Essa diversidade e

riqueza do subúrbio choca-se com as limitadas interpretações que reduzem a realidade a centro e periferia.

Nisso Martins vê o fetichismo do espaço da produção econômica. A produção do social não é levada em conta e, portanto, empobrece o conhecimento da cidade e desconsidera a dinâmica do processo de reprodução social. Aqui a análise de Martins manifesta a influência de Lefebvre. Para o sociólogo francês a reprodução ampliada do capital também é a reprodução ampliada das contradições sociais.

É interessante destacar que para Martins a mais-valia não apenas é limitada à classe trabalhadora, isto é, o capitalismo não se restringe à classe trabalhadora que produz mais-valia e é privada dela. O capitalismo é mais do que isso: a classe trabalhadora não apenas vive e sofre no e do processo de produção.

Uma parte dessa mais-valia é destinada a determinados benefícios sociais. Essa parte é arrancada aos capitalistas pelas lutas sociais dos trabalhadores que nem sempre lutam por salários. Segundo Martins (2008, p. 54), a cidade e sua monumentalidade e o modo de vida urbano, são parte desses benefícios extra-salariais: nas artes, nos museus, nos teatros, nos concertos, nas bibliotecas, nas universidades, nos recursos do esparecimento, etc”.

É evidente, ou talvez nem tanto, que Martins - influenciado por Lefebvre (1973) - considera o capitalismo uma totalidade nunca acabada, que vai se realizando. É de Lefebvre a crítica da cisão entre o concebido e o vivido. Essa crítica é dirigida contra um duplo terrorismo: o da direita estrutural-funcionalista e o do esquerdismo anarquicante. Porém, essa dualidade que corresponde à emergência da modernidade foi superada, e o conteúdo do trabalho e do produzir perderam sentido. Essa idéia presente em Lefebvre é retomada por Martins, rompendo com a interpretação comum da esquerda a qual se restringe ao espaço da produção e não ao espaço da reprodução das relações sociais.

A crítica de Lefebvre assenta-se na construção do conceito de reprodução das relações sociais capitalistas. Como se verá, este conceito influencia e explica a interpretação de José de Souza Martins e a sua análise do subúrbio e das suas relações com a periferia e o centro, entre a cidade e o campo, entre o urbano e o rural. É no subúrbio que ocorre a reprodução das relações sociais. O essencial, segundo Lefebvre (1973), não é mais a descrição de processos parciais (como o processo da produção material e a sua avaliação

quantitativa ou de processos como o consumo de objetos materiais) e sim a análise das relações sociais e a sua reprodução.

As relações de produção não se limitam, na perspectiva de Lefebvre (1973, p. 7), à mais-valia ou ao salário, tampouco à mercadoria ou ao dinheiro, mas às relações entre a terra, o capital e o trabalho a “trindade constitutiva da sociedade capitalista”. Porém, considerar que a reprodução dessas relações ocorre de forma normal e natural é uma ilusão.

A posição de Lefebvre (1973) é distinta da visão comum a certos sociólogos que vêem a reprodução das relações sociais como algo automático, que ocorre por inércia. Nessa visão, vestida com uma linguagem “dialética” o Estado ocupa uma função primordial, a de garantir a reprodução do sistema. Essa ideologia da reprodução inercial do sistema e das relações de produção está associada à idéia da derrubada e do fim do capitalismo.

Em consequência, a reprodução das relações sociais nunca foi objeto de uma análise aprofundada precisamente porque não foi uma preocupação imediata, uma vez que, por um lado as relações se reproduziam automaticamente a partir do Estado capitalista, e por outro, a crise permitia visualizar no horizonte o fim imediato do sistema capitalista.

A reprodução das relações de produção é diferente da reprodução das condições e dos meios de produção e da ampliação (crescimento quantitativo) da produção. Para Marx, segundo Lefebvre (1973), a reprodução dos meios de produção é a continuidade da produção material. Ambas fazem parte de um processo que comporta tanto movimentos cíclicos como lineares. Em Marx, na sua análise do capitalismo se encontram ambas as dimensões analíticas. Quando Marx mostra como se realizam as trocas de mercadorias mediadas pelo dinheiro (M-D-M'), está fazendo uma análise linear. Por sua vez, a dimensão da reprodução das relações sociais é um problema que os marxistas esqueceram, não prestaram atenção pelos dois motivos mencionados anteriormente: a inércia da reprodução das relações sociais e a hipótese da derrubada do capitalismo. Contribuiu para isto a demora da publicação do capítulo VI de O Capital.

Essa dimensão da análise, que Lefebvre (1973, p 8) denomina de cíclica, diferentemente da linear (causa e efeito), se refere àqueles resultados que geram de novo suas condições e razões (ciclos). Desta forma, o modo de produção capitalista se apropria

dos resultados da história, subsistemas que surgiram antes do advento do capitalismo. Lefebvre se refere ao mercado e suas redes de trocas, a agricultura, a cidade e o campo, o conhecimento, a ciência e as instituições científicas, etc. Porém, o capitalismo não é um sistema - não há uma totalidade acabada, formada por partes distintas - mas sim uma formação de conjuntos, com conexões, choques e conflitos, coerências e contradições.

Porém, o capitalismo não é um sistema - não há uma totalidade acabada, formada por partes distintas - mas sim uma formação de conjuntos, com conexões, choques e conflitos, coerências e contradições.

A leitura de Marx feita por Lefebvre e com a qual José de Souza Martins dialoga criativa e criadoramente, pretende recuperar o método dialético. Da análise de Marx interessa mais o método que os resultados, que o conhecimento produzido. Da mesma forma o faz Lefebvre. Henri Lefebvre se pergunta se o pensamento de Marx deve ser aceito ou rejeitado em bloco. Ele responde que nem uma coisa nem outra. Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que Marx analisa o capitalismo concorrencial. E os seus seguidores, Lenin e Trotsky, não explicaram como ocorreu essa transição e passaram a anunciar o fim próximo e inevitável.

Para os marxistas, a ideologia e a repressão cumpriram o papel de explicar a reprodução das relações sociais, da sociedade capitalista. Porém, Lefebvre (1973) afirma que não pode haver simples reprodução alimentada pela ideologia, ou seja, não ocorre apenas um movimento repetitivo e sim certa produção de relações sociais. Assim, a ideologia segundo Lefebvre tem servido mais como divertimento que como instrumento de análise crítica. Desta forma, o conceito de ideologia ficou esvaziado e, portanto, esterilizado.

Quando as ideologias são eficazes, se diferenciam muito pouco ou quase nada da prática, isto é, não aparecem como ideologias. As ideologias vinculadas estreitamente a uma prática dissimulam as contradições dessa prática. É o caso da trindade capitalista: terra, capital e trabalho. A ideologia faz aparecer estes três elementos como separados, e cada um destes três fatores recebe um benefício, seja este a renda, o lucro e os salários. Desta forma se esconde, se oculta ou se faz desaparecer a mais-valia.

O esforço de Lefebvre e de Martins é o de recuperar o que há de mais relevante no pensamento marxista: o método dialético. Para Lefebvre, a dialética deixou de estar

vinculada ao mecanismo histórico do movimento de “tese-antítese-síntese” e à “afirmação-negação-negação da negação”.

A análise dialética, já desvinculada da historicidade, diferencia na superfície os seguintes elementos: manutenção das relações sociais de produção e de propriedade no processo de ampliação das forças produtivas (crescimento econômico); regressões e degradações na cultura e nas relações de família e na vida dos grupos sociais e por último a produção de novas relações sociais em determinados grupos (jovens, mulheres) e nos aspectos do processo de reprodução social (o espaço, o urbano e o cotidiano) (Lefebvre, 1973).

Ao se aprofundar o movimento da análise dialética, observa-se que a natureza aparece como um problema ou problemática. Em Marx, a dominação da natureza está associada a sua apropriação, porém esse processo de apropriação é incompatível com a propriedade privada da natureza, do solo, da terra. Nesse processo, a apropriação da natureza significa a transformação material para a (re)produção humana, ou seja, na satisfação das necessidades do indivíduo. Essa idéia otimista, fruto do racionalismo industrial do século XIX, entra em crise na metade do século passado. A práxis vinculada a essa idéia de transformação é questionável e questionada. Precisamente porque a práxis transformadora da natureza perdeu seus objetivos estéticos e éticos.

A destruição da natureza é resultado da incompatibilidade da sua apropriação por intermédio da propriedade privada dos solos e da terra e da natureza mesma. A natureza destruída deve ser reconstruída em outro nível. Lefebvre se refere à reconstrução de uma segunda natureza, por isso é em outro nível. Esta segunda natureza é o urbano e a cidade, mas que não deve ser confundido com o planejamento dos urbanistas. O urbanismo e seus planejadores são os piores inimigos do urbano porque são instrumentos estratégicos do Estado e do capitalismo na “utilização da realidade urbana fragmentada e na produção de um espaço controlado” (Lefebvre, 1973, p. 15).

É nessa segunda natureza, na cidade e no urbano- e que também é anti-natureza – que se encontram os elementos da futura sociedade, o anúncio de um novo mundo e da generalização do urbano. Fragmentada em partículas exteriores no espaço produzido, e por ele substituída, a natureza morre.

A cidade e o urbano anunciam e realizam uma segunda natureza automatizada que substitui e destrói a natureza original. Na sociedade moderna se confrontam a natureza e a anti-natureza, o trabalho e o não-trabalho. É a essa grande interferência de movimentos que Lefebvre chama de dialética, diferente da dialética da história prisioneira.

Para Lefebvre (1973) o conceito de diferença se situa entre a lógica e a dialética. Então a lógica não pode ser separada da dialética, assim como a teoria não pode ser separada da prática, ou o saber da ideologia. Um conceito central na perspectiva de Lefebvre e retomado por Martins, é o conceito de espaço social. O espaço social é o lugar da reprodução das relações de produção e não dos meios de produção, mas ao mesmo tempo é objeto e instrumento da planificação, isto é, do ordenamento do território e, portanto, de uma lógica de crescimento econômico e material. Segundo Lefebvre (1973, p17) a “prática social do capitalismo implica e contém saber, lógica (busca de coerência), uma ideologia da coesão e das contradições à escala global”.

A contribuição de Lefebvre está precisamente em mostrar que a dialética não está mais ligada à temporalidade, com isto as críticas correntes dirigidas contra o materialismo histórico perdem força e sentido.

É a partir da análise do espaço e das contradições que nele se encontram - no conhecimento sobre o espaço - que Lefebvre retoma a dialética, já desprendida da historicidade e, portanto, do materialismo dialético. O mesmo faz Martins quando trata do subúrbio em oposição à periferia para entender os problemas da cidade e construindo desta forma uma crítica sólida contra os esquemas simplificadores e simplificados sobre o urbano. A análise dialética detecta as contradições específicas do espaço social, mostrando as coerências, aspectos, estratégias que entram em conflito. Por exemplo, a notada contradição entre centros e periferias tanto na economia, na ciência política o na realidade urbana.

É necessário tanto para o capitalismo como para o Estado um centro, e este centro é a cidade. Um centro de decisões e de poder, de riqueza e de informação e também de organização do espaço.

Simultânea e contraditoriamente, o próprio capitalismo e o Estado fizeram explodir o centro, o fizeram desaparecer em fragmentos. A relação entre centro e periferia é produzida pelo capitalismo não dialeticamente, mas estratégica e logicamente. O centro

cumpra a função de organizar hierarquicamente a periferia. Então a construção da relação centro-periferia é resultado da racionalidade capitalista, ou se se quer, da modernidade e menos resultado de um processo histórico.

Na visão de Lefebvre (1973, p. 18) o “centro inclui e atrai os elementos que o constituem como tal (as mercadorias, os capitais, as informações, etc) mas que em breve o saturam. Ele exclui os elementos que domina (os ‘governados’, ‘súbditos’ e ‘objetos’) que o ameaçam”. Por isso é que este autor considera que a relação centro-periferia é uma construção estratégica do capital e do Estado.

Para conhecer o espaço e suas contradições deve se adotar a perspectiva dialética. O espaço é um produto social e resultado do conhecimento do processo produtivo e, portanto o método dialético permite apreender suas contradições. O espaço social para Lefebvre é o espaço urbano e ao redor do centro, mesmo que este seja grande ou pequeno, existe uma ordem próxima que é a sua vizinhança. Porém numa dimensão mais ampla, existe a ordem da sociedade que é a ordem da reprodução das relações sociais a escala global. Em determinados momentos aparece de forma nítida as contradições quando a ordem da reprodução das relações sociais invade as relações próximas, da vizinhança, a natureza ao redor da cidade, da região, das comunidades locais.

Nesta perspectiva, os problemas ambientais, a destruição da natureza e o esgotamento dos recursos ambientais, a poluição do ar e da água aparece como uma das contradições do espaço, mas como elementos fragmentados que disfarçam o problema global do espaço, da gestão e da produção.

A contradição centro-periferia é apenas uma das contradições do espaço e não a principal. E mais ainda, está subordinada a outra fundamental que é, segundo Lefebvre (1973), a contradição entre a fragmentação do espaço e a capacidade das forças produtivas e do conhecimento científico de produzir espaços em escala global.

È justamente nesse espaço contraditório, “dialectizado” nas palavras de Lefebvre (1973) que se realiza a reprodução das relações de produção. E ao mesmo tempo é o espaço que produz a reprodução das relações de produção e introduz contradições múltiplas.

Do ponto de vista metodológico, na análise de José de Souza Martins acerca do subúrbio e sua relações contraditórias com a cidade e a periferia, há uma contradição

oculta, idéia presente em Lefebvre e que se refere ao conflito entre “o vivido sem conceito” e o “conceito sem vida”. É a partir do conceito de reprodução das relações sociais de produção que este conflito é superado e resolvido. E ainda esclarece o mal-estar que vive e sente o indivíduo, mesmo os intelectuais e cientistas.

Apesar disso, não são raros os que defendem o vivido sem conceito e o conceito sem vida, que não são outra coisa que fragmentos da consciência de uma situação concreta e contraditória. Em consequência há uma simplificação da realidade. Alimentada ainda pela recusa da esquerda de todo pensamento teórico, pensando que dessa forma estão recusando todas as ideologias. No outro extremo, os cientistas se refugiam no saber epistemológico, ficando assim longe do vivido, encerrados como donzelas no castelo imaginário do saber.

Segundo Lefebvre (1973) a proposição do conceito de reprodução das relações sociais de produção resolve e supera uma contradição presente no pensamento de Marx. Em Marx as relações sociais de produção suportam até certo ponto o avanço e a ampliação das forças produtivas, isto é, a contradição entre a apropriação privada e a socialização das relações. Nesse ponto, quando as relações sociais de produção não correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas surge a necessidade da revolução política. É o momento esperado pelo proletariado para iniciar a transição entre o capitalismo e o comunismo.

É desta forma que os seguidores de Marx, de todos os tipos, imaginavam a derrubada do capitalismo. Marx considerava que o papel da burguesia era fazer crescer as forças produtivas e pensava que os limites do capitalismo são internos e que nenhum modo de produção poderia ser superado sem o máximo desenvolvimento das forças produtivas.

Mas isso não ocorreu e o capitalismo conseguiu atenuar suas contradições internas e continuou a crescer. E isso só foi possível “ocupando o espaço, produzindo o espaço” (Lefebvre, 1973, p. 21). Nessa perspectiva é que o conceito central em Lefebvre de reprodução das relações capitalista ganha seu pleno sentido. Da mesma forma também este conceito permite recuperar e dar conteúdo a outros conceitos como o conceito de produção. Este último perdeu seu conteúdo e ganhou múltiplas ambigüidades. Perdendo assim seu potencial explicativo.

O conceito de produção é utilizado de muitas formas. Por exemplo, se utiliza como produção de sentidos, de signos, de discursos, de ideologia, de conhecimento, de escritura, de literatura, de desejos etc. Esses múltiplos significados e ambigüidades fazem perder o referencial definido por Marx.

O conceito de reprodução das relações sociais de produção de Lefebvre restitui o significado do conceito de produção e recupera seu vínculo com a prática. Na perspectiva lefebvrea, isto é, na teoria da reprodução das relações sociais de produção se restitui a potencialidade da análise global. Desta forma também se elucida algumas confusões como a que considerava ideológica toda representação que visa mediata ou imediatamente a manutenção das relações de produção. A ideologia não se separa da prática, mas nem toda prática é aplicação de uma ou de outra ideologia. O que existe é a práxis global do capitalismo. E o que é mais eficaz dessa práxis global não aparece imediatamente como ideologia. Esta é uma conclusão relevante de Henri Lefebvre e talvez uma das suas contribuições mais importantes.

Em consequência, a ideologia pode apresentar-se como não-ideológica. “A ideologia mais eficaz, a que se encontrou mais próxima da prática social do capitalismo e, por conseguinte, tão pouco ideológica quanto possível, foi a ilusão da reprodução natural das relações de produção (quer pela inércia própria a essas relações consideradas como coisas, quer pelo efeito social da reprodução biológica e da seqüência das gerações, etc)” (Lefebvre, 1973, p 31-32). Essa ilusão completava a da derrubada final ou da catástrofe inevitável do capitalismo. Assim e desta forma, o que não aparece como ideológico, neste caso a ilusão referida acima, se torna a ideologia mais eficaz.

A crítica de Lefebvre às ilusões e às ideologias está presente de forma criativa na formulação teórica e metodológica de José de Souza Martins. Em Martins isto aparece claramente quando analisa o subúrbio, como espaço social da vida cotidiana se distanciando assim das análises que privilegiam âmbito da produção de mercadorias. Os trabalhadores não apenas trabalham, mas vivem e vivenciam as possibilidades sociais do trabalho disse Martins (2008). Assim ele chama a atenção de que as lutas dos trabalhadores no subúrbio foram mais por cultura e educação que por salário.

Ele nota que na região do ABC ocorreu uma revolução cultural que poucos notaram. “A grande libertação social que o subúrbio viveu intensamente, a grande emancipação, foi relativa à reconquista da competência criativa do trabalho intelectual, que a industrialização capitalista havia separado do trabalho manual. A reconquista não se deu, obviamente, na fábrica, no espaço de produzir, e sim nas lutas sociais da classe trabalhadora, no espaço de morar e do viver, como legado dos mais velhos a seus filhos e netos” (Martins, 2008, p 54). A análise de Martins ocorre, influenciado por Lefebvre, o deslocamento da produção como foco, para o espaço como reprodução das relações sociais de produção capitalista.

O trabalhador não é só alienado do mais-valor que ele produz, mas também como afirma Martins (2000) de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de imaginação e liberdade, de prazer no trabalho, de alegria e criatividade, de festa e de privação do lugar que ocupa na história. Esse é o homem comum a que Martins se refere. Alienado de todo. O homem simples alienado das possibilidades anunciadas. Não é outra coisa que expressão da modernidade inacabada.

Então o subúrbio se apresenta em Martins, não apenas como um espaço geográfico distinto da periferia ou a cidade. Muito além dos termos geográficos, o subúrbio aparece como um mecanismo metodológico utilizado por este autor para mostrar que a crítica sociológica deve-se focar na reprodução das relações de produção capitalista que não se esgota na realidade dos salários, da fábrica e do trabalho manual. Ou seja, ir à essência das coisas e não ficar na aparência ou na ilusão das ideologias.

A tentativa de Martins e de Lefebvre é de recuperar o sentido daquilo que perdeu o sentido. Como vimos Lefebvre recupera o sentido da produção, como produção do espaço e da reprodução das relações de produção. Para Martins (2008) trata-se de compreender o todo, as contradições, e, sobretudo o possível e as possibilidades.

Os estudiosos, disse Martins, perderam nas suas análises e interpretações o vínculo entre o trabalho e os frutos do trabalho, entre o real e o possível e ainda, entre o trabalho braçal ou manual e o trabalho intelectual, entre lutar e ou viver, entre a práxis repetitiva e a práxis inovadora. A distinção entre a práxis repetitiva e práxis inovadora é uma idéia que está na análise de Lefebvre, que segundo Martins, foi quem melhor compreendeu as possibilidades do urbano.

Para Martins (2008, p 55) compreender o centro urbano a partir do subúrbio é uma inversão das interpretações correntes sobre o processo histórico, uma nova perspectiva analítica para compreender o todo como “fruto dos resíduos problemáticos de um desenvolvimento econômico e urbano anômalo, carregado de débitos sociais”. O acesso das populações do subúrbio ao centro funcionava como um direito e como anúncio do historicamente possível. E esse vínculo foi rompido, comprometendo a crítica social. Do que hoje se trata é escrever a história no sentido contrário, isto é, recompor os vínculos entre o real e o possível.

Para Martins (2008, p 55) compreender o centro a partir do subúrbio é uma inversão das interpretações correntes sobre o processo histórico, uma nova perspectiva analítica para compreender o todo como “fruto dos resíduos problemáticos de um desenvolvimento econômico e urbano anômalo, carregado de débitos sociais”. O acesso das populações do subúrbio ao centro funcionava como um direito e como anúncio do historicamente possível. E esse vínculo foi rompido, comprometendo a crítica social. Do que hoje se trata é escrever a história no sentido contrário, isto é, recompor os vínculos entre o real e o possível.

Escrever a história no sentido inverso é considerar que o trabalhador não é apenas vítima do capital que dele extrai a mais-valia, mas como vítima do cotidiano e do repetitivo. Segundo Martins é no subúrbio que a vida desmente a história oficial que ignora o vivido e o viver. Nele são questionadas na prática as ideologias. E o possível tem sentido como revolução da vida cotidiana. Nesta visão de Martins, informada pela contribuição teórica de Lefebvre, conclui que as “revoluções que não reconhecem o cotidiano, o subúrbio e a periferia, são ficções reacionárias e golpistas de uma elite partidária que perdeu (se é que as teve) as raízes, os vínculos constitutivos da identidade de classe” (Martins, 2008, p. 59).

Por sua vez, no discurso dominante na academia e na política, a periferia aparece como efeito negativo do desenvolvimento, como espaço degradado, expressão da pobreza e presente na demagogia de esquerda e direita. A periferia aparece na demagogia e nos discursos dos políticos como lugar dos escolhidos. A periferia é sacramentada. Canonizar a periferia faz parte do caminho para o sucesso político de qualquer candidato. Nesse sentido vale a pena fazer o caminho inverso partindo do subúrbio para o centro e compreender as contradições do espaço como lugar da reprodução das relações sociais de produção

capitalista. Nestes discursos a periferia é expressão da pobreza abençoada, como virtude. Mas isto não é outra coisa que a banalização do centro urbano. Enaltecendo a periferia ocorre segundo Martins (1973, p. 60), a destruição simbólica do centro “enquanto núcleo de realização das possibilidades da cultura e a emancipação do homem”.

Para finalizar este trabalho é necessário ressaltar que tanto o subúrbio como a periferia têm sido dois conceitos pobremente trabalhados pela sociologia brasileira. A periferia foi considerada por muitos cientistas sociais como lugar da exclusão social, coisa que nem sempre é. Por isso a periferia tornou-se um conceito vazio de conteúdo, esterilizado e pobre. Igualmente são pouquíssimos os casos em que os cientistas se dedicam ao estudo do subúrbio. Martins é praticamente o único, se não é, é um dos poucos estudiosos que se debruçam sobre as possibilidades do social que se encontra no subúrbio. Mas sem dúvida Martins é o único que utiliza o subúrbio como um recurso metodológico para entender os graves problemas sociais, a pobreza urbana e a pobreza das interpretações sobre o urbano e seus problemas e contradições.

Referências

- DOMINGUES, Álvaro (1996). (Sub)úrbios e (sub) urbanos – o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Geografia – Revista da faculdade de Letras*. I série, vol. X, XI. Porto, pp. 5-18
- LEFEBVRE, Henri (1973). *A Re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião.
- LEFEBVRE, Henri (2008). *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MARTINS, José de Souza (1992). *Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha*. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza (2000). *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza (2008). *A aparição do demônio na fábrica – origens sociais do eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Ed. 34.